

A CATEGORIA DE GÊNERO NO CONTEXTO DAS DESCOBERTAS SOCIOLOGICAS

Adriene Neves ALMEIDA¹
Yuleidys González ESTRADA²
David Junior de Souza SILVA³

Recebido: 04/11/2021

Aprovado: 24/11/2021

Resumo

A categoria de gênero é uma das principais descobertas das ciências humanas. Antes da descoberta ou invenção da categoria de gênero, acreditava-se que as mulheres nasciam mulheres e que os homens nasciam homens. Cada qual tinha características físicas e psicológicas que eram determinadas por caracteres genéticos. A descoberta da categoria de gênero permitiu compreender que é a sociedade que institui, cada uma a seu modo, diferentes identidades e papéis de gênero, com conteúdos arbitrários e variáveis historicamente. Ou seja, não existe identidade de gênero natural; todas são sociais e históricas. Neste ensaio, realizamos uma aproximação inicial à trajetória do conceito de gênero nas ciências sociais. Metodologicamente estabelecemos como fio condutor a maneira como cada momento desta trajetória concebe a relação entre sexo biológico e identidades sociais de gênero. Apontamos como cada um dos momentos selecionados desta trajetória conceitual respondeu à questão desta relação, mostrando que num primeiro momento separou um do outro; depois os compreendeu como formando um sistema, por fim inverteu a direção da determinação causal, devolvendo à sociedade e à história a autoria da construção e determinação do que é natural. Se a natureza é qualificada e esquadrinhada, segundo critérios de gênero, isto não é porque o gênero está na natureza; é porque é uma sociedade estruturada objetiva e subjetivamente em critérios de gênero que constrói o que é a natureza à sua imagem e semelhança.

Palavras-chave: Sistema sexo-gênero. Patriarcado. Entronque patriarcal. Feminismo comunitário.

Resumen

La categoría de género es uno de los mayores descubrimientos de las ciencias humanas. Antes del descubrimiento o invención de la categoría de género, se creía que las mujeres nacían mujeres y los hombres nacían hombres. Cada uno de ellos tenía características físicas y psicológicas que estaban determinadas por rasgos genéticos. El descubrimiento de la categoría de género permitió comprender que es la sociedad la que instituye, cada una a su manera, diferentes identidades y roles de género, con contenidos arbitrarios e históricamente variables. En otras palabras, no existe una identidad de género natural; todas son sociales e históricas. En este ensayo hacemos una primera aproximación a la trayectoria del concepto de género en las ciencias sociales. Metodológicamente, establecemos como hilo conductor la forma en que cada momento de esta trayectoria concibe la relación entre el sexo biológico y las identidades sociales de género. Señalamos cómo cada uno de los momentos seleccionados de esta trayectoria conceptual respondió a la cuestión de esta relación, mostrando que en un primer momento separaron una de otra, luego las entendieron como formando un sistema, y finalmente invirtieron la dirección de la determinación causal, devolviendo a la sociedad y a la historia la autoría de la construcción y determinación de lo natural. Si la naturaleza se califica y se cuadra según criterios de género, no es porque el género esté en la naturaleza; es porque es una sociedad estructurada objetiva y subjetivamente sobre criterios de género la que construye lo que es la naturaleza a su imagen y semejanza.

Palabras clave: Sistema sexo-género. Patriarcado. Entronque patriarcal. Feminismo comunitario.

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pesquisadora Associada do Núcleo de Pesquisa Flora Tristán: representação, conflitos e direitos (IPol/UnB) e do Núcleo de Estudos Sobre Etnopolítica e Territorialidades na Amazônia (NETTA/CNPq). E-mail: nevesalmeida3@gmail.com.

² Doctora en Ciencias Filosóficas por La Universidad de La Habana (UH). Profesora Titular de la Universidad de Granma. Coordinadora de la Plataforma Feminista de Promoción Sociocultural *La Cuarta Lucía*. E-mail: lacuartalucia@gmail.com

³ Professor da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Geografia (IESA/UFG). E-mail: davi_rosendo@live.com.

INTRODUÇÃO: A DESCOBERTA DO GÊNERO COMO ESTRUTURADOR DA REALIDADE SOCIAL

A categoria de gênero é uma das principais descobertas das ciências humanas. Ao lado de conceitos como classe, raça e etnia, gênero é uma das categorias fundamentais para se explicar a estruturação das sociedades em todas as suas esferas - econômica, política, cultural, religiosa, científica, artística -, à medida em que visibiliza a significativa diferença da vida social entre os diferentes gêneros.

Antes da descoberta ou invenção da categoria de gênero, acreditava-se que as mulheres nasciam mulheres e que os homens nasciam homens. Cada qual tinha características físicas e psicológicas que eram determinadas por caracteres genéticos. A descoberta da categoria de gênero permitiu compreender que é a sociedade que institui, cada uma a seu modo, diferentes identidades e papéis de gênero, com conteúdos arbitrários e variáveis historicamente. Ou seja, não existe identidade de gênero natural; todas são sociais e históricas.

Neste ensaio, realizamos uma aproximação inicial à trajetória do conceito de gênero nas ciências sociais. Metodologicamente estabelecemos como fio condutor a maneira como cada momento desta trajetória concebe a relação entre sexo biológico e identidades sociais de gênero.

Apresentamos interpretações sobre seu surgimento e desenvolvimento no século XX. Neste sentido, é preciso entender que este conceito foi definido de diversas formas, em correspondência com o contexto geopolítico e os posicionamentos teóricos e políticos daquelas e daqueles que se dedicaram a seu estudo. Em virtude disso, adquiriu diferentes matizes e foi empregado de diferentes formas pelas Ciências Sociais.

De maneira geral, podemos afirmar que os estudos de gênero abordam esta categoria desde duas perspectivas teórico-políticas distintas. Apesar de a divisão, em aparência, ter sido instituída pelo início do uso da categoria patriarcado, em essência, essa dicotomia pode ser entendida como o reflexo de uma disjunção muito mais antiga: reforma ou revolução. Não obstante as diversidades e disputas internas, o gênero como conceito não deve entender se desconectado das lutas feministas e das mulheres que o criaram e constroem.

Realizar uma antologia sobre o gênero e seu uso nas Ciências Sociais não é a pretensão deste texto, e sim oferecer uma breve introdução crítica àqueles que se iniciam nos estudos de gênero tenham uma ferramenta que os ajude a aprofundar suas investigações.

A discussão acerca da temática do gênero pode ser datada a partir de 1949. Ano em que Simone Beauvoir publica o seu livro *O segundo sexo*. Neste livro consta a emblemática frase “não se

nasce mulher, torna-se”, tomada pela ótica do existencialismo. Beauvoir desconstrói o determinismo biológico como pressuposto para marcação de gênero, ou seja, desvincula o sexo biológico do papel social de gênero.

Apreciada a discussão acerca da origem do termo gênero, passamos às autoras que compreendem as relações de gênero - construindo assim um termo relacional, não determinado pelo sexo, socialmente construído e sujeito a crítica filosófica e científica e à intervenção política.

Na primeira seção, discutiremos trabalhos que abordam a questão da relação entre sexo biológico e gênero, até ao conceito síntese de sistema sexo-gênero. Na seção seguinte, discutiremos a relação entre os conceitos de gênero e patriarcado.

GÊNERO COMO CATEGORIA SOCIAL, SEXO COMO CATEGORIA NATURAL: UM DEBATE

Posterior à revolução que o livro de Beauvoir traz as discussões sobre a posição social da mulher, gostaríamos de lembrar o ano de 1968 como um dos marcos da construção do termo gênero, ano em que o psicólogo Robert Stoller publica o livro “*Sex and Gender*”, no qual o autor defende a distinção entre sexo e gênero nos estudos sobre pessoas intersexos. Spizirri afirma que Stoller

introduziu a palavra *gênero* para diferenciar do termo *sexo*, que estava tão somente associado às condições biológicas. Esse livro trata de intervenções cirúrgicas em pessoas intersexuais e transgêneros, para adaptar a anatomia genital ao gênero desejado. Para Stoller, o sentimento de ser mulher ou homem era mais importante do que as características anatómicas. (SPIZIRRI et al, 2014, p. 43)

Esta obra fortalece a argumentação da primazia da identidade de gênero sobre caracteres biológicos. Sexo passa então a ser compreendido como vinculado à natureza e gênero às identidades e papéis sociais que cada pessoa desempenhará na sociedade. Esta distinção é incorporada pela segunda onda do movimento feminista, da década de 1960.

A distinção conceitual sexo e gênero é aprofundada por Gayle Rubin, em seu texto “*O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo*” (1975). A autora propõe o conceito de sistema sexo/gênero, pelo qual entende como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p.02). A autora assim não cinde totalmente sexo e gênero, porém aponta como fazem parte de um sistema socialmente instituído. O sistema sexo-gênero assim é parte fundamental de toda estrutura social, via privilegiada para compreensão sociológica e antropológica de uma sociedade.

Joan Scott aborda os desdobramentos da categoria gênero para a consciência histórica e pesquisa historiográfica. No texto “*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*” (1995) a

autora argumenta que o gênero é uma construção social constitutiva de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significados às relações de poder. Estes termos nos levam a compreender o termo gênero como recusa ao essencialismo biológico, construindo assim um termo neutro, relacional, não definido pelo sexo.

Saffioti considera “sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2004, p. 110). A autora defende a não utilização exclusiva do termo gênero para pesquisa social. Sobre isso considera que o “gênero não é tão-somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica, de outra dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão do pensamento, que pode, perfeitamente se fazer presente nos estudos sobre mulher” (SAFFIOTI, 2004, p.111).

Os elementos essenciais das conceituações apresentadas até aqui encontram-se integrados na definição de gênero que oferece a mexicana Marta Lamas (2002). Esta autora se posiciona em uma análise centrada na agência política que compreende, fundamentalmente, a articulação entre os governos e a cooperação internacional. Em seu texto *El enfoque de género en las políticas públicas* estabelece:

Hoy se denomina género al conjunto de ideas, representaciones, prácticas y prescripciones sociales que se elaboran a partir de la diferencia anatómica entre los sexos. O sea, el género es lo que la sociedad considera lo “propio” de los hombres y lo “propio” de las mujeres. Se reproduce mediante costumbres y valores profundamente tácitos que han sido inculcados desde el nacimiento con la crianza, el lenguaje y la cultura. Cambia históricamente, de época en época, mientras que la diferencia biológica se sostiene a lo largo de los siglos. Es también una lógica cultural omnipresente en todas las situaciones sociales. El ser humano introyecta esquemas mentales de género con los cuales clasifica lo que lo rodea: es un filtro a través del cual percibimos la vida. También los mandatos de género se encarnan en el cuerpo, por lo que es como una armadura que constriñe las actitudes y acciones corporales. (LAMAS, 2002, p.1)

Como se pode apreciar, nesta conceituação abandona a compreensão de gênero como esta categoria social e historicamente construída sobre a base das diferenças anatômicas entre os sexos. O mais importante é o fato de ressaltar sua condição de lógica cultural onipresente. Isto é relevante porque desloca a análise de gênero do âmbito privado propondo a significação desta categoria para o estudo das relações que se produzem no espaço público.

Por fim, apesar da disjunção que pode gerar, porquanto encobre a essência patriarcal em que se baseiam as relações de gênero, é fundamental a menção ao modo em que as normas de gênero se encarnam no corpo. Isto introduz, talvez implicitamente, a questão da sexualidade; um aspecto que transcende o relativo ao sexo e que se encontra constantemente marcado pelo gênero.

GÊNERO E PATRIARCADO

O conceito de patriarcado não é sinônimo de gênero. Ambos se referem à estrutura de identidades e papéis de gênero numa sociedade, porém cada qual a sua maneira. O conceito de patriarcado, elaborado por Saffioti, introduz especificidades em relação ao conceito de gênero.

Saffiotti define que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, caso no qual o “valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social” (SAFFIOTTI, 2002, p.122). Assim a autora opõe ambos os conceitos: os dois se referem às relações de gênero, porém o conceito de gênero tende a uma neutralidade e apoliticidade que a autora propõe superar com o conceito de patriarcado.

Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico e a-político e pretensamente neutro. Em contrapartida patriarcado se aplica a uma fase histórica, não pretende generalidade e nem neutralidade, e deixa explícito o vetor dominação-exploração (SAFFIOTTI, 2002, p.139)

Saffiotti faz uma crítica ao conceito de gênero, fazendo opção pelo de patriarcado, por este ter o potencial heurístico de visibilizar o que o gênero não visibiliza: “a recusa da utilização de patriarcado permite que este esquema de exploração-dominação gere e encontre formas e meios mais insidiosos de se expressar. Enfim, ganha terreno e se torna invisível” (SAFFIOTTI, 2002, p.122).

Gayle Rubin também debate o conceito de patriarcado. A autora faz críticas a respeito da concepção de que o patriarcado não é exclusivo do capitalismo e sim um modo de dominação masculina que perpassa a história – inclusive além da história da economia capitalista. Todavia, a autora demonstra que a opressão às mulheres não é universal nem eterna e sim instituída e reproduzida por relações sociais.

Em consonância com Gayle e Saffiotti, sobre a primazia do conceito de patriarcado, está também o feminismo comunitário. Entre suas principais representantes estão Julieta Paredes e Lorena Cabral. Ambas ressaltam a existência prévia do patriarcado e colocam uma pedra angular na análise de sua repercussão nas relações de gênero nas culturas ancestrais.

Se em Julieta Paredes estão assentadas as bases para a dessacralização das culturas ancestrais, o que significa indagar sobre a presença do patriarcado nelas, é em Lorena Cabral que encontramos uma categoria claramente definida e explicativa sobre esta questão. A categoria é *entronque patriarcal*. Sobre isso Lorena Cabral afirma:

afirmamos que el patriarcado originario ancestral se refuncionaliza con toda la penetración del patriarcado occidental, y en esa coyuntura histórica se contextualizan, y van configurando manifestaciones y expresiones propias que son cuna para que se manifieste el nacimiento de la perversidad del racismo, luego el capitalismo, neoliberalismo, globalización y más. Con esto afirmo también que

existieron condiciones previas en nuestras culturas originarias para que ese patriarcado occidental se fortaleciera y arremetiera (CABRAL, 2010, p. 15)

Com a categoria de *entronque patriarcal* então é possível explicar não somente a existência de um “patriarcado originário” como também o modo em que o patriarcado atual foi se configurando a partir da articulação com os processos provenientes da colonização da América Latina.

Na próxima seção abordaremos o debate conceitual sobre gênero realizado pelo pós-modernismo, e a inversão que propõe para a compreensão da relação entre sexo e gênero.

GÊNERO E PÓS-MODERNISMO

O conceito de gênero será também trabalhado pela teoria *queer*. Sua principal articuladora é Judith Butler. Epistemologicamente pertencente à onda pós-moderna, busca compreender os sujeitos como não tendo identidades fixas, essenciais ou permanentes, existindo assim a possibilidade de vivenciar diversas possibilidades não-binárias.

Butler, traz consigo o questionamento das posições binárias em seu livro *Problemas de Gênero* (2003) apontando que é necessário historicizar o corpo e o sexo, para assim dissolver a dicotomia sexo/gênero. Segundo a autora, essa dicotomia existe em virtude de uma ordem compulsória cis-heterossexual que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática. O sexo passa também a ser construído culturalmente de modo que “o gênero não deve ser meramente como inscrição cultural de significado num sexo previamente dado [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2003, p. 25).

Sendo assim o gênero deverá ser apresentado como um ato intencional, de performatividade que produz significados. As identidades construídas pelo gênero serão expressões e não dadas em si mesmas, pressupõem que tanto sexo quanto gênero devem ser compreendidos em sua produção social, não estando limitados às proposições binárias.

Destaque para a contribuição da autora para a compreensão de que o sexo é também uma categoria definida socialmente - e no caso da sociedade moderna, definida por uma sociedade cis-heteropatriarcal. Portanto o próprio conceito de sexo tem pouco de natural ou biológico, sendo também definido socialmente por uma sociedade dividida hierarquicamente em termos de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conceituações trabalhadas reconhecem que o gênero é produzido socialmente, ou seja, a sociedade atribui significado e institui as identidades de gênero, que são encarnadas nos corpos. As

teorias abordadas têm em comum a contraposição ao essencialismo biológico, e cada a seu modo constrói conceitualmente essa desnaturalização e desdobra as intrincadas relações que fazem os sistemas sexo/gênero e suas implicações sobre estrutura social, identidades e subjetivadas.

Quando tratam do conceito de sexo biológico estas autoras apresentam diferenças importantes. Para Rubin e Saffioti, o sexo biológico está imbricado ao gênero, sendo imperativos sociais. Butler apresenta o sexo biológico como construído socialmente, ou seja, se não devemos marcar os corpos com o gênero, não podemos determinar o sexo de igual modo, uma vez que este é um produto da cultura e construído nas interações sociais.

É importante ressaltar que Rubin e Scott estão classificadas em uma geração que inicia os estudos sobre gênero e as suas concepções operam ainda em sentido de discutir a tomada da estrutura como um todo. Enquanto Butler e Saffioti, sendo mais contemporâneas, apontam críticas às pretensões universalistas das teorias anteriores.

Esta aproximação inicial à trajetória da categoria de gênero teve como fio condutor o debate sobre a relação sexo/gênero, apontando como cada um dos momentos selecionados desta trajetória conceitual respondeu à questão desta relação, podendo-se resumir que num primeiro momento separou um do outro, depois os compreendeu como formando um sistema, por fim inverteu a direção da determinação causal, devolvendo à sociedade e à história a autoria da construção e determinação do que é natural. Se a natureza é qualificada e esquadrihada segundo critérios de gênero, isto não é porque o gênero está na natureza; é porque é uma sociedade estruturada objetiva e subjetivamente em critérios de gênero que constrói o que é a natureza à sua imagem e semelhança.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 6º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos: El feminismo comunitario**. ACSUR-Las Segovias, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

LARA, Bruna de; RANGEL, Bruna; MOURA, Gabriela; BARIONI, Paola & MALAQUIAS, Thaysa. **#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

LAMAS, Marta. El enfoque de género en las políticas públicas. México, 2002. Disponible en: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r23192.pdf>.

ORTNER, Sherry. **Está a mulher para o homem, assim como a natureza para a cultura?**

Coordenadoras: Michelle Zibalist Rosaldo e Louise Lamphere: Tradução: de Cila Ankier e Rachel Gorenstein Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAREDES, Julietta. **Hilando fino desde el feminismo comunitario.** La Paz, 2010.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo.** Recife, SOS – Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Recife: SOS CORPO, 1995.

SPIZZIRRI, Giancarlo; PEREIRA, Carla Maria de Abreu & ABDO, Carmita Helena Najjar. O termo Gênero e suas contextualizações. São Paulo: **Diagn Tratamento.** 2014, p.42-4.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

REVISTA FALAS BREVES